



OS PROCESSOS HISTÓRICOS DO PASSADO QUE AFETARAM O PRESENTE: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM SOBRE OS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Andréia Caroline Gonçalves Silva

Graduanda em História pela a Universidade Federal de Alagoas
andrea.caroline.g@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar uma discussão a cerca de como é abordado os indígenas nos livros didáticos de História. O ensino de História com a implementação da lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História indígena nas escolas brasileiras, trouxe um avanço significativo para os povos indígenas, assim como para âmbito escolar, que passaram a abordar acerca da área. Porém, tem muito que evoluir, principalmente tratando do modo que os indígenas são retratados nos livros para o alunado. Os processos históricos do período colonial e narrativas que foram disseminadas ao decorrer do tempo trouxeram e trazem até então reflexos negativos do passado sobre tais. Partindo disso, o trabalho busca examina os livros didáticos de história, analisando a imagem que é apresentada dos indígenas nos manuais auxiliares do professor, observando se realmente é abordado e que reflexos trazem.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história, Narrativas, povos indígenas.

Introdução

Ao longo da história, os indígenas foram constantemente colocados à margem dos acontecimentos do período colonial e frequentemente foram associados a passivos, selvagens e incivilizados. Essa interpretação esta principalmente vinculada as narrativas que foram disseminadas ao decorrer do tempo, que até os dias atuais trazem reflexos negativos sobre os primeiros povos que habitaram o território brasileiro.

Anos foram percorridos, muitos atos de luta e resistência foram travados por esses povos, para terem seus direitos assegurados e regulamentados. Ainda assim, a ideia



estereotipada permanece enraizada no senso comum de muitas pessoas, como é comumente visto quando se trata dos povos indígenas. Conforme é descrito por Lamas *et al* (2016), A imagem do indígena, depois de séculos, ainda permanece inalterada, ao menos no que diz respeito ao senso comum. De um modo geral, os indígenas são percebidos como bons, inocentes e ao mesmo tempo preguiçosos e violentos, especialmente quando são tratados como obstáculo ao processo e ao desenvolvimento do país.

Especialmente este cenário começa a muda, especificamente o educacional, com a implementação da lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de História indígena¹ no âmbito escolar, onde foi dado um pontapé inicial para trazer abordagens sobre esses povos, buscando trazer a torna mais debates e uma maior disseminação sobre a relações de contato dos europeus com os indígenas, assim como a cultura e identidade deles. Porém ainda assim, vemos que depois dessa implementação dessa lei nem sempre é realizado a abordagem real dos fatos ocorridos, são apresentadas ideias equivocadas nos livros didáticos de história e/ ou muitas vezes nem tem nenhuma abordagem sobre a História indígena do papel que tiveram na construção da história da identidade nacional do Brasil nos livros didáticos. Conforme é descrito por:

Mas a história contada na escola tem excluído os indígenas como se eles não fossem protagonistas da história nacional. Isso tem ocorrido principalmente por causa da influência da historiografia do século 19, comprometida com os valores da elite da época, que escolheu identificar a história da nação com ações da sociedade europeia e descendentes. (Terra, 2014).

Segundo Lamas *et al* (2016), a imagem do indígena ainda permanece sendo errônea para o bem ou para mal, e isto chegar a ser transmitido na escola e nos manuais auxiliares dos professores, chegando aos ouvidos dos alunos, que acaba possibilitando uma ideia errada. Como ele diz:

A imagem do indígena continua sendo deturpada, para o bem ou para o mal, devemos frisar que esse discurso foi mantido não somente pelo os meios de comunicação. Mas também pelas escolas e pelas obras didáticas, pois ele penetrou o imaginário de crianças em todo país. (Lamas *et al*, 2016, p. 126).



As abordagens realizadas no âmbito escolar nos livros didáticos constantemente trazem aquela ideia camuflada e distorcida dos fatos. E a historiografia brasileira também acaba contribuindo costumando apresentar os indígenas superficialmente. Como é descrito por Silva & Amorim (2016), “A historiografia brasileira retrata o índio como uma figura sem importância. Sabemos que os povos indígenas passaram e passam por lutas e retrocessos, sendo vítimas de extermínio físico, psicológico e cultural. Suprir ou negar a contribuição desse povo é denegar sua origem desse corpo social”.

Ramos *et al* (2014), salienta outro aspecto importante a se pensar, sobre a ideia do tratamento dado a temática indígena nos livros didáticos deve ser analisado historicamente, de que maneira essa temática se transformar em assunto para ser ensinado nas escolas para crianças e adolescentes por intermédio do livro didático, de que modo esse assunto está chegando até eles, que explanação é realizada nos livros didáticos, para sujeitos não indígenas. Ela ainda argumenta que *falamos do ensino sobre um “Outro” que há séculos é silenciado ou mal interpretado nas narrativas que foram elaboradas sobre o Brasil e os brasileiros*. (Ramos *et al.*, 2014, p. 64). Em outros termos, o que Ramos *et al* apresenta é que esses povos ao longo dos anos foram colocados como sujeitos secundários e silenciados na história em torno do período colonial.

De modo geral, as instituições educacionais têm que pensarem em dar mais voz e vez a essa temática, que por muito anos esteve e ainda permanece de certa forma esquecida, e que os cursos de licenciaturas e a educação básica trabalhem no âmbito educacional de forma constante as histórias da cultura e identidade desses povos. Dessa forma, trabalho pretende analisar como são representados os indígenas nos livros didáticos de história, especificamente no ensino médio.

A trajetória do livro didático no Brasil

O livro didático no decorrer do tempo, se tornou uma das principais ferramentas que os professores utilizam para a elaboração de seus planos de aulas para os alunos. Os primeiros livros entram em cena em território brasileiro, precisamente no século XVII, trazido pela companhia de Jesus durante o período colonial, incorporando para os ensinamentos dos povos indígenas. Conforme Silva e Amorim (2016), diz “o livro didático (LD) surgiu no século



XVII com a companhia de Jesus, voltado para o ensino escolar.” Nesse período o Estado interferia com o padrão de educação religiosa, onde foi criado um modelo de educação emancipadora que substituiu o ensino religioso. Em meio a isso a igreja também fazia parte disso, ou seja, ainda interferia no processo político.

Ao longo dos anos, o material passou por uma série de mudanças, tanto nas edições dos conteúdos, como na produção. No século XIX, com a chegada da família real no Brasil, Dom João VI criou instituições de ensino superior, como a Academia Real da Marinha, cirurgia no Rio de Janeiro e na Bahia. Nos anos seguintes foram criados os cursos de Direito em Olinda e São Paulo. Anteriormente no período colonial, os livros brasileiros seguiam como base os livros estrangeiros da França e Alemanha, o que culminou em série de discussões. Como expõe ainda Silva e Amorim (2016), o livro didático foi alvo de discussões no Brasil, quando aqui ainda se imitava os livros estrangeiros França e Alemanha que circulavam no país.

Neste contexto, com a instalação de instituições de ensino superior no Brasil, por Dom João VI, foi criada uma política de fundos de financiamentos, para a produção de livros didáticos em editoras brasileiras, que conseqüentemente resultou na produção dos próprios livros dos cursos criados, onde acabaram influenciado em um pequeno intervalo de tempo em um crescimento no trabalho editorial.

Como Rosa (2009) descreve acerca da época as seguintes informações:

[...] É perceptível como a abertura destes cursos influenciará na atividade editorial como foi exposto anteriormente. Tanto em Salvador como São Paulo, essa influência ficou bastante evidente, pela atuação de livrarias que também funcionavam como editoras, produzindo livros direcionados para esses cursos. (Rosa, 2009, p. 82).

Anos mais tarde, em virtude da inserção na produção dos livros nas editoras e com o crescimento da escolarização para uma parcela da população. Posteriormente a isso, iniciou-se uma disputa entre autores e editoras, que logo, a produção dos livros didáticos se tornou algo lucrativo. Como atribui Silva e Amorim (2016), aconteceu uma grande competição entre editoras e autores. Ao mesmo tempo, o livro didático se tornou um meio lucrativo para ambas as partes.



O verdadeiro momento do apogeu da utilização do livro didático no Brasil, acontece com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), que tinha na época como objetivo contribuir a legitimação do livro didático. As suas primeiras atribuições produzidas foram obras literárias, produção de uma enciclopédia, um dicionário e cresceu o número de bibliotecas públicas. Conforme Freitas e Rodrigues (2007) descrevem “ O INL recebeu suas primeiras atribuições, como editar obras literárias para a formação cultural da população, elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacionais e expandir o número de bibliotecas públicas”.

Freitas e Rodrigues (2007) Ainda complementam:

Em 1938 o livro didático entrou na pauta do governo quando foi instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que estabelecia a primeira política de legislação para tratar da produção, do controle e da circulação dessas obras. Esta comissão possuía mais a função de controle político-ideológico do que propriamente uma função didática. (Freitas e Rodrigues, 2007).

Por conta dessa lei, surge algumas críticas sobre a legitimação dessa comissão. Em razão disso em 1945, o governo regente cria uma legislação para a organização, produção, importação e uso do livro didático. Ficando sobre exclusiva responsabilidade dos professores de decidir quais livros seriam utilizados pelos os alunos de todo país.

Na década de 1960, o Ministério da Educação (MEC) faz uma parceria com uma Agência Norte Americana (USAID), nessa parceria foi criado a comissão do livro didático e livro técnico, tendo como intenção dirige ações referentes a produção, edição e distribuição do livro didático, onde em meio a isso foi estabelecido a distribuição de 51 milhões de livros, durante 3 anos gratuitamente. Porém, essa parceria resultou em serias críticas, principalmente pelo controle ideológico que a agência teve nos livros didáticos. Freitag et al (1989), escreve o seguinte sobre a agência:

[...] Era denunciado por críticos da educação brasileira como ura controle americano do mercado livreiro, especialmente do mercado do livro didático. Esse controle garantia, por sua vez, o controle, também ideológico. (Freitag et al 1989, P. 7).



No início da década de 70, a parceria foi encerrada entre o (MEC) e (USAID), nesse momento o (INL), organiza um programa para a compra de livros didático para ensino fundamental, coordenada pelo o próprio ministério da educação brasileiro. Anos mais tarde, o (INL), foi extinto, para substituí-lo é criado a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), a fundação foi incumbida da compra dos livros didáticos por meio dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o (FNDE), com ajuda dos estados. Mas essa fundação não foi tão duradoura, pois os recursos financeiros não foram suficientes para atender a demanda de todos os alunos do Brasil da rede pública.

Na década seguinte de 80 as mudanças continuam, com o fim do (FENAME) é criado a Fundação de Assistência Estudantil o (FAE), posteriormente por meio do decreto da lei n. 91.542, de 19/08/85 é lançado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), este programa estabeleceu algumas alterações significativas. Como apontam Freitas e Rodrigues (2007) “a garantia do critério de escolha do livro pelos professores; reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável; aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; extensão da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias; aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados, com distribuição gratuita às escolas públicas”.

Desse modo, vemos que ao longo dos anos, os livros didáticos passaram por uma série de mudanças com a fundação de todos esses programas de organização, financiamento e disseminação mencionados anteriormente. Assim como, os manuais didáticos foram sendo aprimorados em suas linguagens e versões durante o tempo. Conforme Ananias e Bettini (2008), com passagem do tempo no que diz respeito a linguagem dos livros didáticos, passaram a ser mais coloquial e simplificado atendendo a necessidade dos seus usuários e editoras.

Metodologia

Neste trabalho foi analisado os livros didáticos do 1º ano do ensino médio e do 2º ano do ensino médio, da rede estadual da Escola Estadual Francisca da Rosa da Costa em Delmiro



Gouveia, Alagoas. Analisando os respectivos livros História global do 1ª ano de Gilberto Cotrim e o História global do 2ª ano de Gilberto Cotrim.

Nesta pesquisa foi observado de que modo é apresentado nos livros didáticos os indígenas, se realmente são abordados e se são abordados, que reflexos trazem ainda das narrativas e ideias que foram disseminadas ao decorrer do tempo sobre esses povos.

RESULTADOS

Nas análises do livro didático do 1º ano do ensino médio, foi possível identificar que nos capítulos 16 e 18 são realizadas abordagens sobre os indígenas. No capítulo 16, intitulado por: Povos da América, apresenta a diversidade étnica e cultural do período da conquista, descreve que as populações indígenas estavam concertadas principalmente nas regiões do México, América central e América do Sul; que ao longo do tempo as populações indígenas do continente americano recebeu designações genéricas tais como: povos pré-colombianos e povos nativos; Também é apresentado que os tupis guarani eram agricultores e havia relações de conflito com as demais aldeias.

Nas análises do capítulo 18 intitulado por: A conquista da América, apresenta que por um longo tempo os historiadores só transmitiram apenas o caráter heroico dos invasores. Porém, mais recentemente passaram analisar o caráter de valorização da visão dos povos indígenas sobre os acontecimentos do período colonial. No mesmo capítulo também aborda sobre as violências contra os povos indígenas, não só a agressão física, mais também por várias formas de violências imposição em termos de religião e práticas culturais. Além das doenças contagiosas que os nativos adquiriram depois da chegada dos europeus; a escravidão que passaram; a imposição religiosa; a visões estereotipadas dos europeus e as transformações que o território brasileiro passou depois da apropriação do local pelo os invasores.

Nas análises do livro didático do 2º ano do ensino médio, foi identificado que nos capítulos 1 e 2 são realizadas abordagens sobre os povos indígenas. É abordado no 1 capítulo intitulado por: Mercantilismo e colonização, do trabalho indígena e o quanto os nativos foram escravizados pelos europeus, as relações de conflito entre as diversas etnias, a resistência que indígenas tiveram sobre o comando português e as guerras justas que ocorreram. Já no 2º capítulo intitulado por: Estado e Religião, trata que nos processos da formação das capitânias



hereditárias ocorreu dificuldades, principalmente diante da resistência dos indígenas à dominação portuguesa e para os nativos era o único meio de se defender da invasão às suas terras; também é tratado da aculturação dos indígenas.

Considerações finais

Embora os livros analisados tragam ideias relevantes sobre os primeiros povos originários do país, percebe-se que ainda são apresentados pensamentos negativos acerca destes. Infelizmente o ensino ainda da atualidade é muito baseado em torno das ideias e disseminação do passado. Praticamente hoje em dia, ainda se tem a ideia que índios só são aqueles que vivem isolados da civilização, pouco se questiona sobre o indígena do hoje, que ocupam outros espaços, que muitos hoje habitam as zonas urbanas das grandes metrópoles, que estão longe das suas aldeias e se vestem, como a outra parcela da população não indígena. Mas que mesmo assim, tem dentro de si a preservação da sua tradição, cultura e identidade e que se declaram como tais.

Romper com essas ideias do índio tradicional do passado é essencial para a construção da consciência da nação brasileira. E os atores principais para a disseminação disso são os pesquisadores e principalmente, os professores que serão os agentes transmissores das futuras gerações do país. Mas para que isso seja concretizado é fundamental que as organizações educacionais deem mais atenção e visibilidade buscando proporcionar aos professores cursos, formações continuadas e eventos que contemplem conhecimento sobre a história indígena. É essencial também se pensa sobre o material didático que é fornecido para as escolas, como são explanados os povos indígenas e como são apresentados em imagens, charges e história em quadrinhos etc. Só com essas ações futuramente pode-se ter uma população conscientizada do papel que os indígenas tiveram na constituição do Brasil e acaba com as ideias pejorativas do passado.

NOTAS

¹ Lei em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm acessado em 26 de novembro de 2019 às 20h50min.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena.** In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 27-37.

ALMEIDA, Neto Antônio Simplício de. **Ensino de História Indígena: currículo, identidade e diferença.** Patrimônio e Memória, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 218-234, jul./dez. 2014.

ANANIAS, N. T.; BETTINI, R. F. A. J. **O livro didático de história numa visão para ensino fundamental.** Cascavel; UNOESTE, 2008. Disponível em: <http://www.unoeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2066.pdf>

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira. **O livro didático em questão.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. **Os indígenas nos livros didáticos: Uma abordagem crítica.** Revista cadernos de estudos e pesquisa na educação básica. Recife, v. 2, p. 124-139, 2016.

PEREIRA, Maria Aparecida et al. **Autonomia indígena: direito a uma educação escolar específica e diferenciada.** Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, Paulo Afonso, v. 4, n. 6, p. 27-40, jul./dez. 2016.

SILVA, Cintia Gomes da; AMORIM, Roseane Maria de. A Imagem dos povos indígenas nos livros didáticos de história do segundo e terceiro anos do ensino fundamental: contextos, caminhos e alternativas. Revista cocar, Belém, v. 10, n. 20, p. 158-184, Ago/Dez, 2016.

SILVA, Edson. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008.** Revista História Hoje, ANPUH, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

SILVA, Edson. **Povos indígenas e ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula.** História & Ensino, Londrina, v. 8, p. 45-62, out. 2002.

RAMOS, Marcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios.** Revista História hoje, v. 7, n. 14, p. 63-85, 2018.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. **Os primórdios da inserção do livro no Brasil.** In Porto, Cm; org. Difusão e cultura científica: alguns recortes. UFBA, Salvador, p. 76-92, 2009.



TEAO, Kalna Mareto. **Ensino de História Indígena: algumas reflexões.** In: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. Vitória: UFES, 2017, p. 633-643.

TERRA, Antonia. **Uma nova ótica sobre a história indígena no ensino de História.** Nova Escola, n. 269, 01 fev., 2014. <https://novaescola.org.br/conteudo/572/uma-nova-oticasobre-a-historia-indigena-no-ensino-de-historia>.